

Relatório de Atividades 2024



Desenho de um coração azul com a palavra “Acessibilidade” escrita em branco. Ao redor do coração, há ícones relacionados à acessibilidade, uma pessoa com bengala, uma mão com símbolo de toque, braille, uma pessoa com cão guia, símbolo da baixa visão, da surdez e do cadeirante. Abaixo do coração, há duas mãos pretas levantadas, como se estivessem segurando o coração.

ACESSIBILIDADE

- O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro tem o compromisso de proporcionar autonomia e acesso à justiça para pessoas com deficiência, restrição de mobilidade, obesos, gestantes e idosos.

“a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”

Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, art. 3º, inciso I

ACESSIBILIDADE

▪ **Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI)**

Instituída pelo Ato Executivo n.º 140/2017, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares. Regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão. Possui equipe multidisciplinar, composta por magistrados, servidores de múltiplas unidades do Tribunal e representante da sociedade civil, com e sem deficiência. É regida pelos princípios do respeito pela dignidade, autonomia individual, liberdade de fazer as próprias escolhas, igualdade de oportunidades, independência, não-discriminação, plena e efetiva participação e inclusão na sociedade, respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade.

▪ **Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS)**

Criada pela Resolução TJ/OE n.º04/2023 possui em sua estrutura o Serviço de Projetos, Programas Especiais e Acessibilidade (SEPPE) o qual tem por objetivo:

- propor, coordenar e, no que couber, implementar planos, projetos e ações voltados à promoção de acessibilidade e inclusão e a oferta de suporte institucional à pessoa com deficiência;
- auxiliar no desenvolvimento de ações e no atendimento de demandas oriundas da COMAI, conforme a Resolução TJ/OE n.º 14/2022 publicada no DJERJ em 17/05/2022;
- elaborar estudos e planejar ações de sensibilização e capacitação do quadro pessoal, colaboradores e estagiários, a fim de promover a conscientização e a promoção de direitos e o atendimento adequado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- monitorar as ações das unidades responsáveis pelos indicadores definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- prestar as informações referentes aos indicadores definidos pelo CNJ;
- participar do acompanhamento dos servidores e colaboradores com deficiência;
- elaborar um relatório anual das ações desenvolvidas pelo PJERJ para a promoção da acessibilidade e inclusão;
- buscar, incentivar e promover parcerias eficazes com outros Tribunais, Conselhos, Entidades sem fins lucrativos e a sociedade civil com foco na acessibilidade e na inclusão, com intuito de compartilhar experiências estratégicas.

AÇÕES E EVENTOS

- **Palestras sobre acessibilidade**

Promover a conscientização sobre acessibilidade, com foco na inclusão de pessoas com deficiência visual, auditiva, motora e cognitiva através de palestras interativas e práticas. Voltadas para os prestadores de serviços do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Palestras realizadas em parceria com o servidor Marcio Castro de Aguiar, integrante da COMAI.

O ciclo de atividades foi realizado em 20/03, 05/04, 12/04, 19/04, 17/05, 22/05, 24/05 e 12/06, capacitando 146 colaboradores.



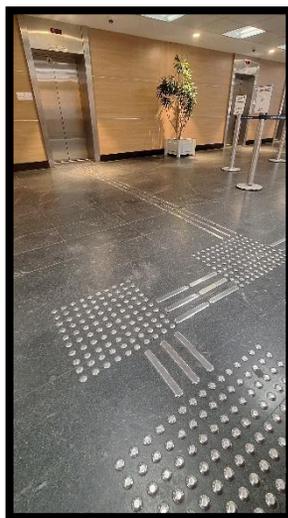
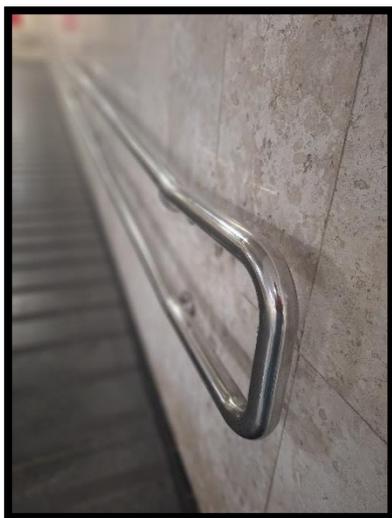
No slide há 5 fotos, dentro do auditório, de algumas das turmas que participaram das palestras. Retirando o instrutor, os demais estão vestidos com seus uniformes de trabalho, ascensoristas e recepcionistas.

AÇÕES E EVENTOS

- **A acessibilidade arquitetônica** está relacionada aos recursos que permitam a locomoção de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, em qualquer espaço com autonomia.

Parceria com o Departamento de Engenharia para estabelecer ações a serem iniciadas em 2024 no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

- as obras serão realizadas para que os ambientes sejam inclusivos e acessíveis;
- colocação de piso tátil na entrada principal até os elevadores, em todas as comarcas do estado;
- corrimãos das escadas com alto relevo, preferencialmente em Braille, indicando o início e o término de cada andar;
- escrita em braile nas placas informativas do TJRJ;
- obras de acessibilidade no Fórum de Santa Cruz.



No slide, há 4 fotos representativas da acessibilidade disponível do prédio do Fórum da Capital. Um balcão adaptado para atendimento nas serventias, um corrimão em duas alturas e piso tátil disponível no *hall* dos elevadores.

AÇÕES E EVENTOS



Ao lado esquerdo há uma foto do auditório com centenas de pessoas sentadas, assistindo à palestra. Ao fundo está o palestrante em pé e ao seu lado um grande projetor com o material da palestra. A foto foi feita do fundo para a frente, mostrando as pessoas de costas. Abaixo, está uma foto do cartaz de divulgação da palestra, com a data, horário e local da realização, possui um fundo azul com a escrita em branco.



- **Palestra sobre Empregabilidade** para Pessoas com Deficiência em parceria com a Gerência de Trabalho e Assistência da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD) do Município do Rio de Janeiro.
- Realizada em 29/05/24 para um público de 175 pessoas dentre empresas, pessoas com deficiência e seus familiares.

AÇÕES E EVENTOS

▪ Curso de Formação Inicial em Libras



Acima, está uma foto do cartaz de divulgação do curso, contendo o nome da instrutora, data e hora das aulas, carga horária e público-alvo. Além da informação que se trata do primeiro curso de LIBRAS oferecido pela ESAJ.

Por iniciativa da SGSUS, com apoio da Presidente da COMAI, Desembargadora Regina Lúcia Passos, foi solicitado e desenvolvido, pela ESAJ, o curso de formação inicial e continuada em LIBRAS.

O curso foi oferecido para os servidores e colaboradores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e ministrado pela integrante da COMAI, Débora Oliveira de Melo Rício, com duração de 31 horas.

Foram realizadas duas turmas presenciais: a primeira em agosto e a segunda em outubro de 2024.

AÇÕES E EVENTOS

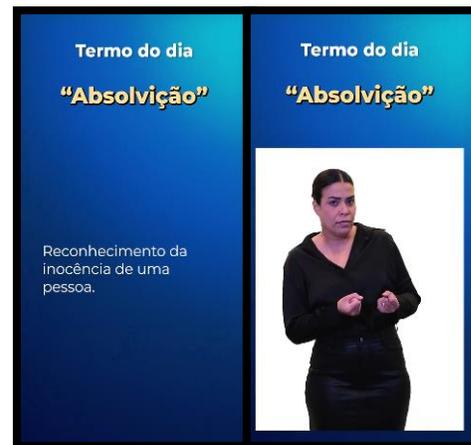
▪ Dicionário de Linguagem Simples em Libras



Para esclarecer os termos e conceitos jurídicos de forma simples e objetiva, o TJRJ criou o Dicionário Jurídico a partir da iniciativa do Laboratório de Inovação IdeaRio, do Departamento de Inovação e Desenvolvimento (DEIND) da Secretaria-Geral de Governança, Renovação e Compliance (SGGIC).

O Dicionário esclarece termos usados frequentemente pelos profissionais do Direito, gerando fácil compreensão, mesmo para as pessoas que não tenham qualquer conhecimento jurídico.

Acima, há uma foto da primeira página do dicionário jurídico, com algumas palavras e suas definições. Ao lado, à direita e acima, há duas fotos representativas dos termos “Absolvição” e “Ministério Público” sendo interpretadas pela colaboradora Julliana Teixeira.



A partir dessa ideia, foi criado o Projeto “Linguagem Simples Acessível” que consiste em interpretar os termos do dicionário para o público com deficiência auditiva, disponibilizando vídeos em LIBRAS na página do Instagram do Tribunal de Justiça, assim como nos totens de comunicação e página da acessibilidade.

Os vídeos começaram a ser gravados em julho e divulgados a partir de agosto deste ano.

Alguns termos já disponibilizados: 1ª instância, 2ª instância, absolvição, anulação, apelação, autor, autos do processo, certidão, citação, culposo, defensoria pública, desembargador, doloso, gratuidade de justiça, habeas corpus, hipossuficiente, inadimplência, juiz, litígio, mandado de pagamento, mandado de prisão, ministério público, parte, réu e sentença.

AÇÕES E EVENTOS

- **Setembro Amarelo**

“Setembro Amarelo” é uma campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio, com o objetivo direto de alertar a população a respeito da realidade do suicídio e as formas de prevenção. Desde 2014, ocorre no mês de setembro, em todo o mundo, por meio de identificação de locais públicos e particulares com a cor amarela e ampla divulgação de informações.

A iniciativa do Tribunal de Justiça, por meio da Secretaria de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, visa dar cumprimento à Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ao lado esquerdo, há uma foto do cartaz de divulgação, com fundo amarelo e escritas em preto, informando a data, horário, local e o nome da palestrante.

Com uma parceria entre SEPPE e DIGAM, foi realizada, na quinta-feira (12/9), a palestra “Entendendo o processo do luto”, para uma plateia de 45 pessoas. O encontro foi ministrado pela assistente social Márcia Torres, fundadora do grupo “Amigos Solidários na Dor do Luto”.

A palestra reuniu servidores e colaboradores do Tribunal de Justiça no salão multiuso do Museu da Justiça.



Acima e ao lado esquerdo, há duas fotos do auditório: uma com os inscritos sentados, assistindo ao evento e outra com 8 pessoas, os organizadores e a palestrante, que estão de pé posando para a foto.

AÇÕES E EVENTOS

- Participação do TJERJ no **I encontro de acessibilidade em Brasília**

Em sua primeira edição, o evento abordou o tema “Pessoas com Deficiência no Poder Judiciário”, tendo como objetivo fortalecer o diálogo, promover boas práticas e criar diretrizes que assegurem a inclusão e acessibilidade no sistema judicial brasileiro. O encontro reuniu especialistas, autoridades, profissionais do direito e defensores dos direitos das pessoas com deficiência para debater temas fundamentais, como acessibilidade nos tribunais, adaptações de processos judiciais e políticas públicas inclusivas. A troca de experiências visa aprimorar a prestação de serviços judiciais e garantir a efetivação dos direitos dessas pessoas, conforme preceituado pela legislação brasileira e tratados internacionais.

Integrantes da COMAI que participaram evento:

Presidente Desembargadora Regina Lucia Passos, Juíza Claudia Marcia Vidal e o servidor Marcio Castro de Aguiar



Ao lado está uma foto da delegação do Rio de Janeiro - TJRJ, TRE e TRF2, citada no texto acima, juntamente com o Ministro Sergio Kukina, do STJ; Conselheiro Pablo Coutinho Barreto, do CNJ e Dr. Emerson da OAB-Federal. Todos estão de frente, posando para a foto.

AÇÕES E EVENTOS

Organização realizada por 35 voluntários da SGSUS e participantes dos projetos sociais. Além do auxílio das recepcionistas do TJERJ, dentre elas, 5 intérpretes de Libras.



Acima estão duas fotos com os voluntários e as recepcionistas que participaram da Ação Social. Ao lado direito, um desenho de pessoas com deficiência, símbolo usado na divulgação da Ação Social.

AÇÃO SOCIAL EM HOMENAGEM AO DIA NACIONAL DE LUTA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Constam 3 fotos acima e ao lado esquerdo, duas delas representando os assistidos na Ação Social, com uma criança pintando e uma mulher sendo atendida por uma dentista. A última é o Presidente do TJRJ conversando com alguns dos representantes das instituições parceiras.

Foram oferecidos serviços como casamento, registro tardio, emissão de cartão estacionamento, emissão de cartão de passagem, cadastro no vale social, cadúnico, LOAS, BPC, mediação de conflitos e mediação escolar, testagem de HIV, sífilis e hepatites, serviços de beleza, atendimento médico e nutricional, mediação de conflitos em relações de consumo, ofertas de emprego, atendimento eleitoral, atendimento dental, regularização de CPF e atividades culturais. Além da feira de artesanato com expositores e familiares de PCD.

AÇÕES E EVENTOS



Para animar o ambiente, o evento contou com a participação da Escola de Samba Embaixadores da Alegria, formada por pessoas com Deficiência. E também pelo grupo de cosplay de super-heróis, voluntários nessa animação.

Há duas fotos que demonstram o ambiente, uma delas com o grupo de *cosplay*, formado pelo super-homem, mulher-maravilha, batman e guerreiras de Asgard, ao lado do Presidente do TJ e uma criança. Todos de pé e posando para a foto. Na segunda foto, há um casal formado por uma rainha de bateria e seu condutor, que estão se apresentando ao som da escola de samba. Ela é uma mulher com um vestido azul brilhante, um adorno azul na cabeça e uma faixa de rainha. Ela é uma pessoa com síndrome de Down. Eles estão sendo assistidos por pessoas ao fundo.

AÇÃO SOCIAL EM HOMENAGEM AO DIA NACIONAL DE LUTA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Ao lado esquerdo, um desenho de pessoas com deficiência, símbolo usado na divulgação da Ação Social.

Por ocasião do evento, foi realizado o rebaixamento da calçada entre a Lâmina III do Fórum e o Museu da Justiça, tornando mais um local acessível.

Ao lado direito, a foto do local com as calçadas rebaixadas e pintadas de amarelo.



AÇÕES E EVENTOS

- **Painéis debatem a acessibilidade para pessoas com deficiência**

Em paralelo à ação social, a ESAJ, a pedido da COMAI e com auxílio da SGSUS, iniciou uma série de painéis sobre a importância de garantir a acessibilidade na sociedade e o papel do Judiciário na questão.

Durante a mesa de abertura, realizada na sala multiuso do Museu da Justiça, a presidente COMAI, Desembargadora Regina Lucia Passos, coordenadora da ação social e dos painéis, destacou que a questão da acessibilidade é delicada e complexa e que, até agora, tem sido muito invisibilizada.

Integrante da mesa, o conselheiro do CNJ Pablo Coutinho Barreto elogiou a efetividade do evento, mas também afirmou que a falta de acessibilidade é um problema bastante enraizado.

O presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, encerrou a abertura declarando que a ação social tem que estar no calendário de eventos oficiais do Tribunal de Justiça.

Também estiveram presentes na cerimônia de abertura dos painéis a juíza auxiliar da Presidência, Ana Paula Monte Figueiredo Pena Barros, e a diretora da Escola de Administração Judiciária (ESAJ), Lúcia Frota Pestana de Aguiar.

**AÇÃO SOCIAL EM HOMENAGEM
AO DIA NACIONAL DE LUTA
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**



Ao lado esquerdo, um desenho de pessoas com deficiência, símbolo usado na divulgação da Ação Social.

AÇÕES E EVENTOS

▪ Atualização da página de acessibilidade

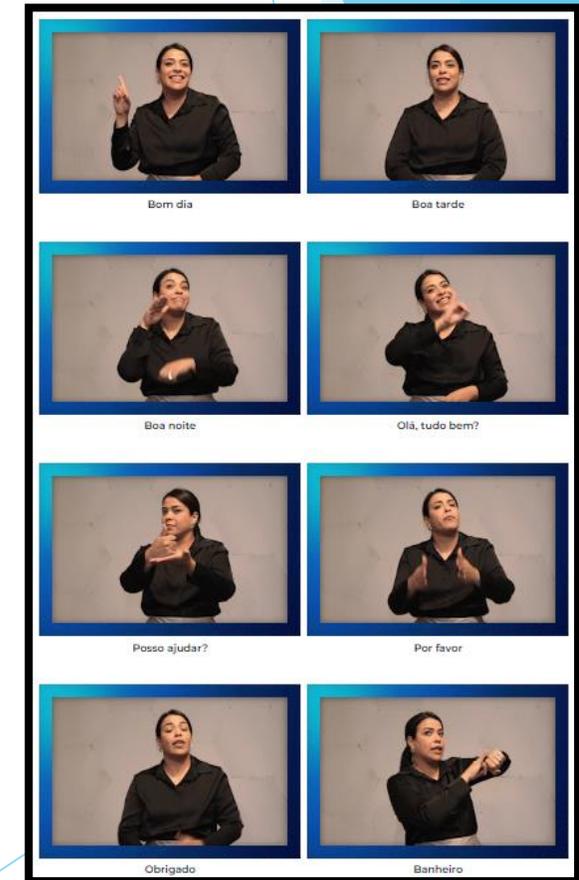
Constantemente é realizada a atualização da página de acessibilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Neste local, são encontradas informações como:

- Atos de instituição, composição, integrantes da COMAI e suas atas de reuniões;
- Contato das equipes de acessibilidade;
- Eventos realizados;
- Legislações aplicadas ao tema;
- LIBRAS, com a inclusão de vídeos de primeiro acolhimento e termos jurídicos;
- Informações de acessibilidade e servidores;
- Notícias, cartilhas, orientações, artigos e destaques;
- Relatórios de atividades e boas práticas;
- Calendário Inclusivo.



CALENDÁRIO INCLUSIVO				
MÊS	DIA	Comemoração	Ato de Criação	Um Pouco Sobre
Janeiro	4	Dia Mundial do Braille	Resolução aprovada por Assembleia Geral da ONU em 17 de dezembro de 2018 [Lei Nacional - https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019/2019/2019/lei/l12266.htm]	Comemora-se no dia 04 anualmente o Dia Mundial do Braille. Em 2018, a Organização das Nações Unidas (ONU) escolheu o dia 4 de janeiro para essa comemoração com o objetivo de homenagear o aniversário do francês Louis Braille (1809-1852), criador do sistema de escrita e leitura L3B para pessoas com deficiência visual. O método de alfabetização é composto por sinais gravados em relevo, que permitem o registro de letras, números e qualquer outro tipo de símbolo necessário para a comunicação.
	Último Domingo do mês	Dia Nacional de Combate e Prevenção de Hanseníase	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2010/2010/2010/lei/l12135.htm	Hanseníase é uma doença infecciosa e contagiosa causada pelo bacilo <i>Mycobacterium leprae</i> . Afeta a pele e os nervos periféricos, ocasionando lesões neurais, conferindo à doença um alto poder incapacitante.

Ao lado esquerdo, há uma foto da capa do manual de símbolos de acessibilidade, possui a cor azul, com a escrita branca e alguns símbolos desenhados, como o de baixa visão e cadeirante. Também há outra foto do calendário inclusivo, uma página branca com as letras pretas e representando o calendário está o dia 4 de janeiro informando ser o dia mundial do Braille e o seu ato de criação. No lado direito há um quadro com 8 fotos pequenas de uma intérprete de Libras fazendo os sinais do primeiro acolhimento, como bom dia e por favor. Ela veste uma camisa preta e aparece apenas da cintura para cima.



AÇÕES E EVENTOS

▪ Projeto o Som do Silêncio

Trata-se da disponibilização de abafadores de ruído em duas modalidades:

- Abafadores externos para empréstimo aos usuários durante a permanência no TJERJ.
- Abafadores internos (protetores auriculares) para doação aos usuários que necessitem de um suporte adicional e contínuo.

Os abafadores estarão disponibilizados na recepção do TJERJ no Fórum da Capital. E, futuramente, pretende-se a ampliação para as demais Comarcas.

O projeto de disponibilização de abafadores para pessoas com TEA no TJERJ é uma importante medida de inclusão e acessibilidade, que demonstra o compromisso da instituição com a diversidade e o respeito aos direitos de todos os cidadãos.

A implementação deste projeto contribuirá para que o TJERJ se torne um espaço mais acolhedor e acessível, permitindo que pessoas com TEA possam exercer seus direitos com dignidade e conforto.



Foram inseridas 3 fotos representativas. Na primeira, são 8 pessoas entre representantes da SGSUS, da DIFOR e a Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Ana Paula. Na segunda foto, há dois abafadores em destaque, um azul e outro laranja. Na última, a Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Ana Paula, ao lado dos dois abafadores, localizados em cima do balcão da recepção do TJ.



AÇÕES E EVENTOS

▪ Curso: Conhecendo Libras



O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, contribui para o desenvolvimento dos participantes dos projetos sociais.

A inclusão do conhecimento básico de LIBRAS no currículo dos participantes dos projetos sociais tem o potencial de aumentar a conscientização sobre a cultura surda e a importância da diversidade linguística. Isso contribui para a formação de cidadãos mais empáticos e respeitosos, promovendo um ambiente de maior harmonia e cooperação.



Conhecendo



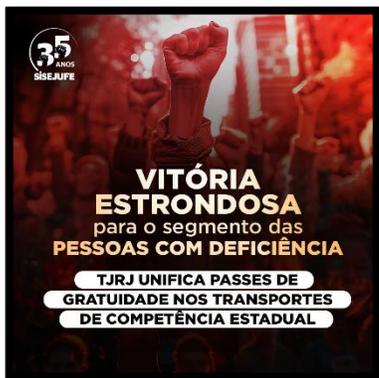
LIBRAS

Imagem de 6 mãos, cada uma fazendo uma letra da palavra LIBRAS.

Foram realizadas duas turmas de 10 horas cada, nos meses de novembro e dezembro, contando com 34 inscritos.

Há 4 fotos no *slide*, nas duas da esquerda, estão os alunos de cada turma posando para a foto. Na terceira foto, acima, há 3 alunos, na sala de aula, apresentando uma conversação em LIBRAS. Na última foto, acima, à direita, aparece a instrutora, em pé, passando conteúdo para os alunos que estão na sua frente, sentados nas cadeiras.

NOTÍCIAS IMPORTANTES



A 6ª Câmara Cível de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), por meio de uma Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público Estadual (MPRJ) contra o Estado, Metrô Rio, Supervia e Riopar favoreceu às pessoas com deficiência por unanimidade no que se refere à unificação dos passes de gratuidade nos transportes de competência estadual, no dia 27 de agosto.

Audiências públicas foram promovidas para resolução do problema, antes do Ministério Público mover a referida ação.

Para o portal do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (SISEJUFE), o coordenador do Departamento de Acessibilidade e Inclusão do Sisejufe (DAI), Ricardo Azevedo, pontuou que essa luta se estende por mais de uma década e parece ter um final mais próximo para as pessoas com deficiência no estado do Rio de Janeiro.

<https://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/10136/402966920>

- **Justiça determina que Unimed reintegre criança com deficiência de Transtorno do Espectro Autista ao plano de saúde**

A Justiça do Rio condenou a Unimed do Estado do Rio de Janeiro, a Unimed Federação Estadual das Cooperativas Médicas e a Supermed Administradora de Benefícios a fazer a reintegração imediata ao plano de saúde, nas mesmas condições anteriormente contratadas, de um menino de 11 anos de idade, com deficiência de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Mesmo com todas as mensalidades quitadas, a operadora comunicou o cancelamento de forma unilateral do plano, acarretando a suspensão do tratamento médico da criança.

Destacou, em sua decisão, a desembargadora Regina Lúcia Passos:

“Deveras é inadmissível que a operadora do plano de saúde, a quem o Poder Público autorizou a lidar com a saúde da população, venha a frustrar as expectativas de continuidade de atendimento ao conveniado, sem critérios mínimos. Saliente-se que, não há risco de dano irreparável para as rés. Isso porque, o pedido do autor é de prestação do serviço, mediante a remuneração que fora fixada pela parte ré, ou seja, as mensalidades dos planos de saúde estavam em dia e continuarão a ser pagas. Portanto, nem sequer prejuízo patrimonial se impunha à agravada.”

Processo: 0043710-31.2024.8.19.0000

<https://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/402392198>

NOTÍCIAS IMPORTANTES

- **CNJ faz pesquisa para avaliar acessibilidade e inclusão no Poder Judiciário**

Com o objetivo de orientar as ações do Poder Judiciário que assegurem direitos e também promovam a cidadania de pessoas com deficiência (PcDs), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está levantando informações relativas à gestão da acessibilidade e inclusão por meio da aplicação de questionários. Trata-se da pesquisa Diagnóstico sobre Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência no Poder Judiciário.

Podem participar voluntariamente servidores e magistrados, advogados, defensores públicos, membros do Ministério Público e cidadãos jurisdicionados com deficiência que acessaram o Poder Judiciário, nos últimos três anos, das cinco regiões do Brasil. Os dados enviados serão mantidos em sigilo.

A pesquisa do CNJ terá três eixos: análise da inclusão e acessibilidade em serviços do Judiciário; a acessibilidade na comunicação e na tecnologia de sites de todos os 91 tribunais do Brasil e dos principais sistemas eletrônicos do poder Judiciário (e-SAJ, PJe nacional e PJe-JT, Projudi, e-Proc, Seeu, SEI, PDPJ); acessibilidade e inclusão da arquitetura dos tribunais. A análise dos dados contará com a cooperação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Questionários

Os questionários on-line são divididos em dois níveis: às presidências e comissões de inclusão com o objetivo de estudar a gestão do tribunal; e às unidades judiciárias de 1º e 2º graus, bem como para os Conselhos de Justiça, com a finalidade de verificar a acessibilidade física e a acessibilidade nos serviços.

A realização do diagnóstico está prevista no art. 33 da [Resolução 401 do CNJ](#), de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.

O questionário sobre gestão da acessibilidade e inclusão no Poder Judiciário deve ser preenchido até **é o dia 19 de abril de 2024.**

Os formulários estão disponíveis no link: <https://formularios.cnj.jus.br/diagnostico-sobre-acessibilidade-e-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/>

<https://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/10136/402072696>

NOTÍCIAS IMPORTANTES

▪ **Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão destaca ações para a promoção da cidadania no TJRJ**

O primeiro ano de atividades da COMAI em parceria com a SGSUS foi marcado por conquistas. O comitê, instituído em 8 de março de 2017 através do Ato Executivo nº 140/2017, conseguiu avançar ainda mais com o apoio da SGSUS.

Entre as ações realizadas, está o início das obras de acessibilidade do Fórum de Santa Cruz. A magistrada destacou a importância de garantir que todas as comarcas do Estado do Rio de Janeiro sejam adaptadas para que as pessoas com deficiência tenham acessibilidade, mediante a supressão de barreiras atitudinais, arquitetônicas e tecnológicas.

Ao debater com os integrantes da Comissão, a desembargadora destacou que os projetos desenvolvidos pelo Tribunal para ampliar e aprimorar o trabalho das pessoas com deficiência no quadro de 284 servidores é uma maneira de abrir as portas do Judiciário fluminense às pessoas que se sentem desamparadas pela falta de portabilidade. Para facilitar e orientar, o TJRJ já disponibiliza em seu site manuais e relatórios de acessibilidade.

Promoção à Acessibilidade

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro promove várias ações para garantir a acessibilidade tanto do público interno quanto do público externo. No Fórum Central, rampas e elevadores eliminam as barreiras arquitetônicas. A Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), criada nesta gestão, elaborou um Plano de Acessibilidade para todos os fóruns do estado. As obras começarão pelo Fórum de Santa Cruz, e o Auditório Antônio Carlos Amorim, no 4º andar do Fórum Central, que será reformado com a preocupação de garantir a acessibilidade.

Há também uma grande preocupação com a comunicação. Uma parte das recepcionistas é intérprete de Libras. No site e nas redes sociais do TJRJ, os textos alternativos apresentam descrições das imagens em um formato invisível para as pessoas que enxergam. Tratam-se de narrações voltadas para pessoas com deficiência visual que se utilizam de leitores de tela.

Esses textos alternativos também estão nos e-mails de divulgação de campanhas, eventos jurídicos e culturais, e cursos internos e externos. A ferramenta Rybená, disponível na primeira página do portal, dá opções em Libras, além de recursos de leitura e voz para todo o conteúdo.

<https://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/401619744>

Desenho de um coração azul com a palavra “Acessibilidade” escrita em branco. Ao redor do coração, há ícones relacionados à acessibilidade, uma pessoa com bengala, uma mão com símbolo de toque, braille, uma pessoa com cão guia, símbolo da baixa visão, da surdez e do cadeirante. Abaixo do coração, há duas mãos pretas levantadas, como se estivessem segurando o coração.



Comissão Permanente de Acessibilidade
Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social

Fale Conosco

 Avenida Erasmo Braga, 115 | sala 915 Lâmina I

@ sgsus.seppe@tjrj.jus.br

 (21) 3133-2055



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro